



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, DE 2011

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que *dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais*, para determinar que os editais de convocação de concursos públicos contendam determinações especiais para a comunicação dos eventos do processo seletivo às pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 12 da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

**"Art.12.....**

§ 3º O edital mencionado no § 1º deste artigo deverá estabelecer mecanismos adequados, que levem em conta as dificuldades próprias das pessoas com deficiência participantes do concurso, para a comunicação de todos os fatos pertinentes ao processo seletivo." (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O complexo processo de modernização experimentado pelas sociedades contemporâneas implica, entre outras coisas, que o reconhecimento da igualdade de direitos de todos perante a lei faça-se por meio de normas que reconheçam as circunstâncias físicas ou culturais diferenciadas que são pertinentes a um determinado sujeito ou classe de sujeitos. É a atualização da máxima aristotélica, que esclarece que as leis devem tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se igualem. A literatura das ciências sociais tem tratado o assunto sob o conceito de “igualdade complexa”.

O presente Projeto de Lei do Senado tem por finalidade justamente isso: oferecer tratamento diferenciado àqueles que estão competindo por cargos públicos em condições desiguais, de modo a instituir, na prática, a igualdade de condições prescrita na lei. Nessa medida, a proposição que apresento não faz senão dar mais um passo em uma direção legislativa já bem estabelecida entre nós: ao longo dos últimos vinte anos, muitas leis têm sido criadas, e outras reformadas, em nome do ideário da “igualdade complexa”, instituído, entre nós, pela Constituição Federal de 1988.

Conforme é sabido, diversos são os obstáculos encontrados pelas pessoas com deficiência para a efetivação de seus direitos. Mas dificuldades de locomoção, percepção, expressão e acesso podem ser, e de fato têm sido, mitigadas pela lei, habilitando as pessoas com deficiência ao gozo de direitos que, sem essa atenção especial, ser-lhes-iam acessíveis apenas de modo nominal, mas não na prática. A própria Lei nº 7.853, de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, reza, na alínea “c” do inciso III de seu art. 2º, que é dever do Poder Público “a promoção de ações eficazes que propiciem a inserção, nos setores público e privado, de pessoas portadoras de deficiência”. A medida proposta por este Projeto de Lei do Senado é um desdobramento daquele comando genérico, estando, portanto, dentro do melhor espírito constitucional.

Em virtude das razões expostas, peço o apoio de meus pares para a aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões,

**Senador Lindbergh Farias**

## **LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

[Texto compilado](#)

[Mensagem de veto](#)

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

**PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO [ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.](#)**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois ) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa).*

Publicado no **DSF**, em 24-8-2011.

**Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF**

**(OS: 14302/2011)**